

# Educação dos cegos fluminenses: Campos em conexão com Niterói (1950-1970)

Fernanda Luísa de Miranda Cardoso 

Doutoranda em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Silvia Alicia Martínez 

Professora Associada da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

## Resumo

Este artigo visa compreender o processo de consolidação da educação dos cegos no interior fluminense, com ênfase em Campos, a partir de ações articuladas entre instituições deste município, e de Niterói, durante os anos 1950 a 1970. As instituições que protagonizaram esse processo foram, em Campos, o Educandário para Cegos São José Operário e, em Niterói, a Escola de Serviço Social e a Cruzada de Recuperação e Assistência ao Cego Fluminense. Os apontamentos de Magalhães (1998) a respeito das instituições educativas trouxeram contribuições para os aspectos teórico-metodológicos da pesquisa. Aplicou-se a técnica da triangulação das fontes priorizando os jornais de grande circulação da época; entrevistas orais e os documentos oficiais do acervo do Educandário.

**Palavras-chave:** História da Educação Especial; Educação para cegos; Interior do estado do Rio de Janeiro.

## Abstract

*Education of the blind in the state of Rio de Janeiro: Campos in connection with Niterói (1950-1970)*

This article aims to understand the process of consolidation of the education of the blind in the state of the Rio de Janeiro, with emphasis on Campos' city, from actions articulated between institutions of this municipality and Niterói, during the years 1950 to 1970. The institutions that starred in this process were, in Campos, the Institution for blind people São José Operário, and in Niterói, the School of Social Service and the Crusade of recovery and assistance to the blind in the Rio de Janeiro. Magalhães' notes (1998) regarding educational institutions brought contributions to the theoretical and methodological aspects of the research. The technique of triangulation of the sources was applied, prioritizing the newspapers of great circulation of that time; Oral interviews and official documents from the archive of the Institution for the blind.

**Keywords:** History of special education; Education for the blind people; State of Rio de Janeiro.

## Resumen

*Educación para ciegos fluminenses: Campos en conexión con Niterói (1950-1970)*

Este artículo tiene por objetivo comprender el proceso de consolidación de la educación de ciegos en el o interior fluminense, enfatizando la ciudad de Campos, a partir de acciones articuladas entre institu-

ciones de esa localidad y de Niterói, entre los años 1950 y 1970. Las instituciones que protagonizaron ese proceso fueron, en Campos, el Educandário para Ciegos São José Operário y, en Niterói, la Escuela de Servicio Social y la Cruzada de Recuperación y Asistencia al Ciego Fluminense. Las reflexiones de Magalhães (1998) en relación a las instituciones educativas contribuyeron a delinear los aspectos teórico-metodológicos de la investigación. Se aplicó la técnica de triangulación de fuentes, priorizando los periódicos de gran circulación de la época; entrevistas orales y documentos oficiales del acervo del Educandário.

**Palabras clave:** Historia de la Educación Especial; Educación de ciegos; Interior de la provincia de Rio de Janeiro.

## Introdução

A historiografia brasileira sobre a educação especial é marcada, sobretudo no final da década de 1990 e início dos anos 2000, por uma produção científica de perspectiva macroanalítica, nas políticas nacionais, preconizada principalmente pelos professores Mazzotta<sup>1</sup> (1995) e Jannuzzi<sup>2</sup> (2004), ambos com formação e trajetória acadêmica vinculadas a universidades paulistas, os quais proporcionaram precursora e relevante contribuição nas áreas da história da educação e das políticas educacionais, específicas para a educação especial, tornando-os referenciais da temática.

Entretanto, estudos mais recentes da década de 2010 têm alargado o conhecimento da história da educação especial, com novas perspectivas metodológica e/ou geográfica de análise, abordando, em alguns casos, outras regiões brasileiras, para além do eixo dos estados Rio de Janeiro-São Paulo, como: Neves (2011); Kassar (2013); Nunes (2013); Pletsch (2014); Blanco (2014); Borges (2014); Rodrigues (2014); Oliveira (2014); Glat, Blanco e Redig (2015); Seixas (2015); Rafante (2016); Siems (2016); Bezerra (2017); Lopes e Machado (2017); Almeida (2018); Cardoso (2018) e Batista (2019).

Com relação às pesquisas que abrangem especificamente o estado do Rio de Janeiro, é notória a ênfase das produções na cidade do Rio de Janeiro<sup>3</sup>, principalmente pelo fato de ser a localização das primeiras instituições especializadas em âmbito

---

<sup>1</sup> Professor associado aposentado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

<sup>2</sup> Professora associada aposentada da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

<sup>3</sup> Considera-se aqui a região geográfica que se configurou como capital da república, como cidade-estado da Guanabara, entre 1960 e 1975; e como capital estadual pós fusão do estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro, a partir de 1975.

nacional, os atualmente denominados Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Educação de Surdos<sup>4</sup>.

A fim de valorizar e ampliar as pesquisas sobre o interior fluminense, este artigo<sup>5</sup> visa contribuir com a história da educação do estado do Rio de Janeiro, enfatizando a compreensão do processo de consolidação da educação dos cegos<sup>6</sup> em Campos, construída a partir de uma relação institucional com a capital estadual fluminense, Niterói<sup>7</sup>. Destacam-se três instituições com papéis significativos nesse processo: em Campos, o Educandário para Cegos São José Operário e, em Niterói, a Escola de Serviço Social e a Cruzada de Recuperação e Assistência ao Cego Fluminense (Cracef).

A pesquisa delimita-se às décadas de 1950 a 1970, período que envolve a inauguração do Serviço de Assistência São José Operário (1956) e do Educandário para cegos (1963), ambos de Campos, sendo o primeiro mantenedor do segundo; o contexto nacional marcado pela ampliação das políticas educacionais para a educação especial por meio da assistência técnico-financeira do Estado às secretarias de educação e às instituições especializadas, principalmente, pela Campanha Nacional de Educação dos Cegos e pelo Centro Nacional de Educação Especial, ambos vinculados ao Ministério da Educação e Cultura; a expansão das instituições filantrópicas; e a criação de Cursos de Serviço Social (CARDOSO, 2018).

Os apontamentos teórico-metodológicos de Magalhães (1998) contribuíram para o direcionamento da perspectiva de análise das instituições educativas abordadas neste artigo, considerando que, segundo o autor, “as culturas, os públicos e as políticas” devem ser analisados tanto “nas suas acepções conjunturais e estruturais” quanto locais, além dos “sujeitos e os agentes, suas práticas, expectativas, representações e apropriações” (MAGALHÃES, 1998, p. 58).

---

<sup>4</sup> O Instituto Benjamin Constant foi fundado em 1854 sob a denominação de Imperial Instituto dos Meninos Cegos, e o Instituto Nacional de Educação de Surdos, foi fundado em 1856, inicialmente intitulado Imperial Instituto dos Surdos-Mudos.

<sup>5</sup> Contribui-se com resultados parciais de uma pesquisa mais ampla registrada na dissertação de mestrado defendida no Programa de Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro e em artigos científicos (CARDOSO, 2018; CARDOSO, MARTÍNEZ, 2019a; CARDOSO, MARTÍNEZ, 2019b).

<sup>6</sup> Optou-se por manter as terminologias identificadas nos documentos e jornais do período estudado, para designar as pessoas com deficiência, como “cego”; “deficiente”; “surdo”.

<sup>7</sup> Niterói foi capital do estado do Rio de Janeiro, no período republicano, entre 1903 e 1975.

Para atender a essa perspectiva, foram selecionados como fontes de pesquisa os documentos oficiais do acervo do Educandário para Cegos São José Operário, como as atas e o estatuto, localizado na própria instituição; entrevistas orais, realizadas com atores sociais diretamente envolvidos com as instituições estudadas; e a imprensa jornalística do período pesquisado.

A pesquisa em jornais foi realizada em dois acervos: o Arquivo Municipal de Campos Waldir Pinto de Carvalho, onde foram consultados os periódicos “Monitor Campista” e “A Folha do Comércio”; e a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, cujo registros foram identificados, especificamente para este artigo, em “O Fluminense”, “Diário Carioca”, “Diário da Noite” e “Diário do Paraná”.

Os jornais locais e os de grande circulação na capital do estado do Rio de Janeiro, citados anteriormente, possibilitaram identificar registros os quais revelaram muitos aspectos da vida social dos atores sociais envolvidos nesta pesquisa e do projeto educativo que vinha se delineando, “leituras que outras fontes não autorizam” (NÓVOA, 2002, p. 169).

O discurso institucional e oficial foi analisado sob a perspectiva da técnica da triangulação das fontes, ao combinar diferentes métodos de coleta de dados e ao cruzar tipos diversos de fontes, viabilizando uma maior solidez aos resultados da pesquisa (MAGALHÃES, 2017).

### **Campos: o contexto do município mais populoso do interior fluminense**

Preliminarmente, apresenta-se o município de Campos a fim de facilitar a compreensão do contexto social em que a instituição estava inserida e a identificação dos laços de sociabilidade ligados ao Educandário para Cegos São José Operário, que envolvem a formação dessa instituição. O histórico social do município de Campos<sup>8</sup> é de tradição econômica sucroalcooleira e de cultura religiosa predominantemente católica.

Na década de 1950, o ideal desenvolvimentista concretizava-se por meio da modernização nas áreas da saúde, educação, cultura e desenvolvimento urbano. Conhecida como uma das maiores e mais modernas cidades do estado do Rio de Janeiro (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1959,

---

<sup>8</sup> Hoje denominado Campos dos Goytacazes.

p. 227), Campos era também o município fluminense mais populoso, com um grande eleitorado, que atraía a visita de candidatos ao governo estadual e à presidência da república com suas comitivas, nos períodos de campanha eleitoral, como registrado na imprensa escrita da época (CARDOSO, 2018).

A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros informa que o estado do Rio de Janeiro, na década de 1950, mantinha “como grande expressão de sua riqueza, os canaviais de Campos, com a esplêndida indústria de açúcar que lá se desenvolve, [...] ocupando o 4º lugar na produção de cana-de-açúcar entre as unidades da Federação” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1959, p. 11). Os proprietários de usinas de açúcar, chamados de “usineiros”, e suas respectivas famílias, detinham o lugar de maior “*status*” social na cidade (CARDOSO, MARTÍNEZ, 2019b). Em Campos, as alianças matrimoniais eram estimuladas a serem estabelecidas entre casais de mesmo nível social.

Nessa época, se por um lado a cidade campista oferecia serviços considerados modernos e entretenimento para a elite, por outro, era marcada por uma considerável desigualdade social. O contraste com esse progresso foi registrado pelo recenseamento geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1950, que aponta que, dos 237.633 habitantes de Campos, 154.545 pertenciam à zona rural, ou seja, em torno de 65% da população (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1959, p. 227) tinha acesso restrito à educação e aos demais serviços públicos.

Dentro do clima de ambiguidades entre os discursos e as políticas nacionalista, populista e autoritária, foi criado o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), principal instrumento regulador do setor, tendo os industriais açucareiros fluminenses ganhado um poderoso aliado político e financeiro: o Estado Nacional (GANTOS, MARTÍNEZ, 2010).

Na década de 1970, o mercado campista foi marcado por um contexto de monocultura canavieira, “em que a maior parte da força de trabalho alternava o trabalho na agroindústria, particularmente na cana, com serviços domésticos e outros considerados não-qualificados. O ‘biscate nos serviços de baixa remuneração’ predominavam” (CRUZ, 2004, p. 86). Nesse período houve a modernização da agroindústria sucroalcooleira regional, proporcionada por recursos advindos do

IAA, do Plano de Racionalização da Indústria Açucareira, do Programa Especial do Alcool (Proálcool) e outros programas federais (CRUZ, 2004).

Considerando esse contexto, aborda-se a seguir o processo de educação dos cegos no interior fluminense, especificamente no município de Campos, tendo em vista as aproximações entre a educação e o serviço social, e as conexões estabelecidas principalmente com o município de Niterói.

## **A interiorização do atendimento ao cego: aproximações entre a educação e o serviço social**

Em um contexto de vulnerabilidades sociais, a filantropia<sup>9</sup> era uma prática recorrente na sociedade brasileira em meados do século XX. Segundo Jaccoud e Cardoso (2005), a proteção social no Brasil, na sua gênese, foi vinculada a uma “gestão filantrópica da pobreza” associada a uma política de subvenções do Estado e a um projeto de bem-estar que visava o desenvolvimento econômico nacional e a proteção social, tendo as instituições privadas como principais executoras.

Durante as décadas de 1950 e 1960, diversas instituições privadas ofereciam serviços de assistência social à população de Campos e região, motivadas pelo incentivo do poder público da prática da ação social, o que, de um lado, ampliava e fortalecia os cursos de Serviço Social<sup>10</sup> e, de outro, as práticas filantrópicas, estas, em diversos casos, financiadas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA)<sup>11</sup> (CARDOSO, MARTÍNEZ, 2019b).

---

<sup>9</sup> Na perspectiva de Duprat (DUPRAT *apud* SANGLARD, 2003), “a filantropia pode ser considerada uma laicização da caridade cristã, porquanto o que era, para o religioso virtude cristã, para o filantropo era uma virtude social, tendo as práticas sociais motivações diferentes entre esses atores sociais” (CARDOSO, MARTÍNEZ, 2019b, p. 3).

<sup>10</sup> Além do benemérito, vinculado aos meios abastados, com atuação por recursos particulares, a implantação do Serviço Social no Brasil contribuiu para a atuação do profissional que atua com fundamento legal e para que a pobreza e as demandas dos desvalidos fossem vistas como fenômeno social à luz da ciência (CÂMARA, 2017).

<sup>11</sup> A LBA foi fundada pela iniciativa privada, sendo incorporada pelo Estado em 1942, passando a ser um órgão de colaboração estatal, transformado em fundação na década de 1960. “Inicialmente, criada para atendimento de soldados e seus familiares, a LBA, ao longo dos anos, foi ampliando sua atuação frente à saúde, à educação e à assistência jurídica, de forma independente dos municípios e estados, e com intensa parceria de instituições assistenciais filantrópicas” (CARDOSO, MARTÍNEZ, 2019b).



Em Campos, estas iniciativas de ação social eram comuns, principalmente, entre as esposas e filhas de proprietários de usinas de açúcar. As mulheres de elite<sup>12</sup>, que desempenhavam esse papel social de prestar assistência aos pobres, eram chamadas de “damas de caridade” e, em muitos casos, faziam dessa prática um condutor para fora do lar, “do seu compromisso social um exercício de liberdade pessoal” (PERROT, DUBY, 1991, p. 509).

Das diversas damas de caridade que praticavam ações sociais em Campos, destacam-se Nídia Lysandro de Albernaz Santos, idealizadora do Educandário para Cegos São José Operário, junto com as “Damas de São José”, fundadoras do Serviço de Assistência São José Operário; e Diva Goulart, fundadora da Associação de Proteção e Orientação aos Excepcionais de Campos (APOE) (1964) (CARDOSO, MARTÍNEZ, 2019b).

Em âmbito estadual, uma das instituições sociais que se destacava no período analisado era a Cruzada de Recuperação e Assistência ao Cego Fluminense (Cracef), que tinha a primeira-dama do estado do Rio de Janeiro como presidente de honra. O Jornal Diário da Noite registrou um evento da Cracef, ocorrido na Escola de Serviço Social de Niterói em que Ismélia Saad Silveira, esposa do governador à época, Roberto da Silveira, foi reconhecida como presidente executiva, sendo destacados também os demais membros da diretoria:

A proveitosa reunião da manhã de ontem teve lugar na Escola de Serviço Social, sendo cumprida a seguinte ordem do dia: abertura da sessão, síntese das realizações da Cruzada desde sua origem, pelo professor Admar Augusto de Matos, entrega à senhora Ismélia Silveira do Diploma de Solidariedade e dos estatutos da C.R.A.C.E.F e estudo das medidas a serem tomadas para concretização dos ideais da Cruzada. [...]

A Diretoria da C.R.A.C.E.F. tem a seguinte constituição: presidente de honra – Ismélia Saad Silveira; presidente executiva – Violeta Campofiorito Saldanha da Gama; vice-presidente com o encargo, respectivamente, da direção das comissões de Coordenação Geral – Feliciano Arelano de Souza; de Orientação Técnica e Social – Admar Augusto de Matos; de Campanhas e Movimentos financeiros – Zilméia de Moraes Cunha; de Pesquisa e Estatística – Austa Gurgel; e de Divulgação – Lourdes Pacheco; secretária – Myriam Peçanha Neto; 1.º e 2.º tesoureiros – Walter Sampaio e Helza Guerrante Gomes; Conselho Fiscal – Ivan Ferreira de Moraes, Dail de Almeida e Thales Montesanto (DIÁRIO DA NOITE, 1959, p. 9).

---

<sup>12</sup> Apesar de serem identificadas como damas de “caridade”, a assistência social prestada aos pobres por essas mulheres da elite se confundia entre as motivações da caridade cristã e da filantropia.

Em Campos, foi formado um comitê da Cracef, como noticiou o Jornal *O Fluminense*, com a visita do membro da diretoria, professor Admar Augusto de Matos<sup>13</sup>, na época em que promovia a Campanha “Escola em lugar de esmolas”:

Acaba de visitar Campos, em missão da Cruzada de Recuperação e Assistência ao Cego Fluminense, o professor Admar Augusto de Matos, líder da Campanha que tem por “slogan” - “Escola em lugar de esmola”. Com as professoras Martha Angela Crespo e Marli Pereira, que fizeram o Curso Braille e constituíram o Comitê da CRACEF em Campos, aquele educador cego entrevistou-se com a diretoria do “Lions Clube”, que designou o Sr. Walter Siqueira para acompanhá-lo. As Sras. Déa Gicovate e Diva Siqueira, pelas “domadoras”, também, estiveram presentes à visita (O FLUMINENSE, 1959b, p.1).

Apesar de a deficiência estar muitas vezes associada à pobreza, a Cracef por intermédio de ações que promoviam a educação escolar, como levantamentos estatísticos e a campanha “Escola no lugar de esmolas”, buscava combater uma ideia no contexto da década 1950, socialmente construída, de que o deficiente necessitava de esmola, sendo visto como vadio, se fosse encontrado ocioso. Como exemplo dessa perspectiva da época, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) de 1951 (jul-set, n.º 43), publicou, na seção *Através de Revistas e Jornais*, um artigo de Maria Irene Leite da Costa<sup>14</sup>, pedagoga e psicóloga portuguesa, intitulado *A orientação profissional dos anormais*, no qual ressaltou que pessoas

cuja deficiência não é muito acentuada, abandonados, falhos de ocupação, se transformam rapidamente em elementos perigosos para a sociedade. Tornam-se sociais e logo entram na senda do crime e da perversão. [...] É indiscutível a necessidade de preencher a existência do anormal com trabalho próprio, não só para o libertar de viver de esmolas, quer sejam da caridade pública, quer sejam das instituições do Estado, como para evitar que caia em maior degradação, pela fácil sugestionabilidade e quase ausência de resistência moral (COSTA, 1951, p. 236)<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> Nasceu cego, foi aluno do Instituto Benjamin Constant, e integrou a diretoria da Associação Fluminense de Amparo aos Cegos. Já atuava com a assistência aos cegos e prevenção à cegueira, desde 1931, promovendo a temática por meio de artigos publicados em jornais e palestras. A sua primeira palestra “Educação e Integração Social” teve o apoio da Escola de Serviço Social de Niterói.

<sup>14</sup> Em 1942, foi docente da cadeira de Pedagogia de Anormais, no Instituto António Aurélio da Costa Ferreira, e da cadeira de Pedagogia e Didática na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a partir de 1967 (Disponível em: <<https://www.infopedia.pt>>. Acesso em 10 abr. 2018).

<sup>15</sup> [http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN\\_1935-1974/html/pdf/c/costa\\_maria\\_irene\\_leite\\_da.pdf](http://app.parlamento.pt/PublicacoesOnLine/DeputadosAN_1935-1974/html/pdf/c/costa_maria_irene_leite_da.pdf). Anteriormente publicado no Boletim do Instituto de Orientação Profissional “Maria Luíza Barbosa de Carvalho, Lisboa.



Uma das campanhas promovidas pela Escola de Serviço Social de Niterói<sup>16</sup> e apoiada por Violeta Campofiorino e pelo Departamento feminino dos Centros Pró-melhoramento foi a campanha contra a mendicância incentivando a sociedade a não dar esmola diretamente ao pedinte pois estimularia “o vício e a vadiagem” (O FLUMINENSE, 1958, p. 1).

Instruída pelo professor Admar, o Comitê da Cracef ficou responsável pela “realização de estatística que determinasse o número de cegos e sua condição social, levantamento indispensável para que o programa de assistência seja planejado em bases realísticas” (O FLUMINENSE, 1959b, p. 1). Nota-se que havia um interesse em aproximar o serviço social da educação, com a proposta de um Serviço Social Escolar, envolvendo profissionais tanto do Serviço Social quanto da Educação, além de um médico oftalmologista, para, entre outras ações, promover levantamento estatístico da acuidade visual dos escolares; campanhas preventivas contra a cegueira; e o exame oftalmológico como pré-requisito de matrícula em escolas públicas e privadas, como registrou o Jornal *O Fluminense*, sobre essas iniciativas em Niterói:

A Cruzada de Recuperação e Assistência ao Cego Fluminense realizou anteontem mais uma reunião, presentes além de toda diretoria, o presidente da Caixa Escolar de Niterói, Sr. Péricles Gonçalves, representante do Serviço Social Escolar, acadêmica Alaide Vieira, professora Austa Gurgel, representando o Gabinete de Orientação e Pesquisa da Escola de Serviço Social, e o oftalmologista Levi Lopes da Silva. A Campanha de profilaxia da cegueira, já em pleno desenvolvimento e em que a CRACEF tem a colaboração da Caixa Escolar de Niterói, esteve na pauta da proveitosa reunião, em que foi examinado o plano de autoria do Dr. Levi Lopes da Silva, no sentido do levantamento estatístico da acuidade visual dos escolares. Foi ainda aprovada a indicação no sentido de um trabalho junto às autoridades para que passe a constituir exigência para efeito de matrícula em escolas públicas e particulares, o exame oftalmológico. Com essa providência, visa-se a assinalar precocemente deficiências e males que ocasionam a cegueira (O FLUMINENSE, 1959a, p. 1).

Em 1961, o Jornal *Folha do Comércio* noticiou uma Campanha contra a cegueira dos escolares promovida pela Cracef no município de Campos, com a presença de uma delegação do Serviço Social de Niterói, coordenada por Péricles Gonçalves, presidente da Caixa Escolar dessa mesma cidade. As palestras foram realizadas na Câmara Municipal, na Associação Comercial, no Lion's Clube e na Associação dos Plantadores de Cana. Integrava a delegação uma professora do

<sup>16</sup> À época chamada de Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro.

serviço social, um médico oftalmologista e um representante da Cracef (FOLHA DO COMÉRCIO, 1961).

Nesse período, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 (LDBEN/1961) oficializou o Serviço Social Escolar, nos seguintes termos: “A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade” (BRASIL, 1961, art. 91).

O estabelecimento legal do Serviço Social Escolar contribuiu para impulsionar a interiorização da Escola de Serviço Social de Niterói<sup>17</sup>. A LDBEN/1961 também incentivou a consolidação e permanência das instituições privadas ao dispensar “tratamento especial, mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções” (BRASIL, 1961, art. 89).

A relação imbricada público-privado da educação especial caracterizava também as instituições que atuavam junto aos cegos, não apenas em relação às subvenções, mas também aos cargos e às ações desempenhadas por seus dirigentes. O professor Admar Augusto de Matos, por exemplo, além de ser membro fundador e atuar na Cracef, instituição privado-filantrópica, também orientava o ensino de cegos da Secretaria de Educação do estado do Rio de Janeiro e chefiava o setor tiflo-pedagógico<sup>18</sup> do Serviço de Educação Especial, sendo notória a sua circulação entre órgãos públicos e privados, para a educação de cegos.

No mesmo sentido, Violeta Campofiorino contribuiu para a fundação e compôs a diretoria da Cracef, inclusive como presidente; coordenou a Escola Pestalozzi<sup>19</sup>, em Niterói; a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE); integrou a diretoria regional do Serviço Social da Indústria (SESI); contribuiu com a fundação (1954) e exerceu a função de diretora da Escola de Serviço Social de Niterói<sup>20</sup>; contribuiu com a implantação da Escola de Serviço Social de Campos; atuou como chefe do Serviço Social de Obras Sociais da Legião Brasileira de Assistência (LBA); e participou da fun-

---

<sup>17</sup> Segundo Gama (2002) das reuniões da LBA que aconteciam em sede própria em Niterói, fortaleceu-se a proposta de inaugurar a Escola de Serviço Social em Niterói, concretizado em 1945.

<sup>18</sup> Ligado à tiflogia, isto é, que trata do estudo acerca da instrução intelectual e profissional dos cegos.

<sup>19</sup> Fundada em 1948, inicialmente era uma escola para crianças com deficiência.

<sup>20</sup> Inicialmente, o curso era de nível médio e os alunos pagavam uma cota, já que a instituição era mantida parte pela LBA e parte pelo governo estadual (GAMA, 2002).

dação do Conselho de Obras e Serviços de Assistência ao Menor<sup>21</sup>. Em 1956, Violeta foi uma das selecionadas, enquanto Diretora da Escola de Serviço Social de Niterói, entre as dirigentes de 23 escolas do país, com uma bolsa de estudos da Organização das Nações Unidas (ONU), para um período de três meses de observação nos Estados Unidos (TRIBUNA DA IMPRENSA, 1956, p. 8). Nessa época, a ONU foi atuante no Brasil, promovendo assistência técnica com peritos internacionais na área de prevenção a deficiências e reabilitação (CARDOSO, 2018).

Enquanto diretora da Escola de Serviço Social de Niterói (1951-1966) e diretora regional do SESI, Violeta Campofiorino convidou duas professoras primárias do SESI de Campos, Heloísa Monteiro Paixão e Conceição de Maria Costa Muniz, para cursarem Serviço Social na Escola de Niterói. Iniciado o curso em 1956, retornaram após a conclusão, em 1959. Conceição Muniz relatou em entrevista que:

em 1955, ela [Violeta] estava em contato com a gente, vinha a Campos, e ela tinha uma preocupação. Ela observava que muita gente ia do interior, não só de Campos, mas de outras regiões do Estado, e ninguém voltava para suas terras. Ela queria muito interiorizar o serviço social<sup>22</sup>.

Dois anos depois, o Jornal *O Fluminense* noticiou que estava para ser inaugurada a Escola de Serviço Social de Campos, com o apoio do Inspetor de Ensino do estado do Rio de Janeiro, Evaldo Máximo, com vistas a lançar “as bases do futuro Serviço Social Escolar”:

Campos, realizará o seu primeiro curso pré-vestibular à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com Sede em Niterói, à rua Tiradentes, n.º 148. O curso será dirigido pelas assistentes sociais, Heloisa Monteiro Paixão e Conceição de Maria Costa Muniz<sup>23</sup> sob o Patrocínio da 12.ª Região Escolar na pessoa do Assessor de Educação Dr. Evaldo Máximo de Azevedo [...]. Com o Colégio Universitário ao Curso de Assistência Social, se inicia uma nova fase em nossa comunidade, pois a exemplo do que se faz em outros centros adiantados, estão sendo lançadas as bases do futuro Serviço Social Escolar. As inscrições se acham abertas na 12.ª Região Escolar diariamente de 15h às 17h (O FLUMINENSE, 1962, p. 4).

---

<sup>21</sup> Esse serviço teve atuação significativa no interior, em Bom Jesus de Itabapoana, com o Instituto de Menores Roberto da Silveira, tendo o apoio posterior das assistentes sociais da Escola de Serviço Social de Campos/RJ (GAMA, 2002).

<sup>22</sup> Conceição Muniz em entrevista concedida à Fernanda Luísa de Miranda Cardoso, no âmbito da pesquisa da dissertação de mestrado (2017).

<sup>23</sup> Professora primária formada pelo Curso Normal junto ao Liceu de Humanidades de Campos, e Assistente Social pela Escola de Serviço Social de Niterói.

É importante frisar que este curso foi o primeiro de nível superior público da cidade de Campos, e nesse sentido, inaugurou uma tradição<sup>24</sup>. Assim, as professoras Heloísa Paixão e Conceição Muniz chegaram a visitar várias escolas para divulgação do curso, convidando professores e alunos, ocasião em que também ofereceram palestras. O curso pré-vestibular teve sua aula inaugural ministrada pelo Inspetor de Ensino Evaldo Máximo (DIÁRIO CARIOCA, 1962, p. 7).

Nesse período, Heloísa Paixão também era Diretora do Jardim de Infância do SESI de Campos, onde Conceição Muniz também trabalhava como professora. Nota-se que, além destas dirigentes, a maior parte das alunas das primeiras turmas da Escola de Serviço Social de Campos eram professoras primárias (SILVA, 2011).

Em 1963, o reitor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, (que passou a denominar-se Universidade Federal Fluminense (UFF), em 1965), Paulo Gomes da Silva, junto com a Diretora da Escola de Serviço Social de Niterói, Violeta Campofiorito, e uma comitiva de professores, esteve presente em Campos em 9 de março, para a solenidade de instalação do setor norte-fluminense da Escola de Serviço Social, constando um número de 34 alunas matriculadas (DIÁRIO CARIOCA, 1963, p. 9)<sup>25</sup>. A relação entre a assistência social e a educação justificou a aproximação entre a Secretaria de Educação do estado do Rio de Janeiro e a Escola de Serviço Social de Campos.

Destaca-se que a interiorização da educação do cego era também reforçada pela Campanha Nacional de Educação dos Cegos (CNEC)<sup>26</sup>, vigente entre 1958 e 1973, sendo essa uma de suas linhas de ação. A CNEC promoveu diversos cursos de

---

<sup>24</sup> Nos anos seguintes foram reconhecidas na cidade instituições superiores de caráter comunitário, criados pela Fundação Cultural de Campos (FCC), como a Faculdade de Direito de Campos (FDC), em 1965; a Faculdade de Filosofia de Campos (FAFIC), no mesmo ano; e, por último, a Faculdade de Odontologia de Campos (FOC) de 1976. Estas instituições, junto à Faculdade de Medicina de Campos, constituem a partir de 2004, o Centro Universitário do Norte Fluminense. (Disponível em: <http://www.uniflu.edu.br/historia>. Acesso em: 8 nov.2018). A Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro foi criada em 1993.

<sup>25</sup> Inicialmente a Escola funcionou no porão da Inspetoria Escolar do estado, depois funcionou no Centro de Puericultura de Campos. Chegou a funcionar também em uma parte do Hospital Álvaro Alvim, em construção, na época (SILVA, 2011).

<sup>26</sup> A Campanha foi fundada em 1958 sob o nome inicial de Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais. Em 1960, pelo Decreto nº 48.252, de 31 de maio de 1960, passou a denominar-se Campanha Nacional de Educação de Cegos (CNEC). As linhas de ação e o funcionamento da CNEC, inclusive acerca do processo de interiorização no país, foram detalhados e analisados por Cardoso e Martínez (2019a).

capacitação para profissionais e realizou, em parceria com a Escola de Serviço Social de Niterói, uma mesa redonda sobre ‘Reabilitação integral’ com representante da Organização Mundial da Saúde a fim de viabilizar contato e parceria com instituições de reabilitação (O FLUMINENSE, 1962).

A década de 1970 foi marcante para o Brasil em termos de políticas para a educação especial<sup>27</sup>, com destaque para a implantação do Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp). O Cenesp também contribuiu para o processo de interiorização da educação do cego, a exemplo da escolha do município de Campos para desenvolver um projeto piloto de uma classe de alunos cegos, na perspectiva da integração social, considerando que na cidade já havia o Educandário para Cegos São José Operário, que poderia oferecer suporte a tal projeto, inclusive com recursos humanos, já que a supervisora local e a professora da classe eram vinculadas ao referido Educandário. Essa foi a estratégia desenvolvida pelo Cenesp<sup>28</sup> também em outros municípios priorizando o atendimento na modalidade da deficiência para a qual o município já tivesse algum tipo de estrutura (CARDOSO, 2018).

Nesse contexto de interiorização da educação dos cegos e de aproximações entre a assistência social e a educação; principalmente no eixo Campos-Niterói, foi fundado em Campos o Educandário para Cegos São José Operário, com o apoio do mesmo Inspetor de Ensino que contribuiu para a implantação da Escola de Serviço Social de Campos, Evaldo Máximo.

## **O Educandário para Cegos São José Operário: ensino especializado no norte fluminense**

Campos, diferentemente do ocorrido em outras cidades, chama a atenção pela vinculação da educação para cegos à elite da indústria do açúcar. No contexto social acima retratado, enquanto aos homens da aristocracia açucareira era reservado o mundo dos negócios e da política, às mulheres frequentadoras dos melhores

---

<sup>27</sup> A década de 1970 foi declarada a década da reabilitação. No Brasil, era discutida a redefinição da finalidade da educação especial para uma perspectiva da integração social do cego. Em 1974, o Brasil sediou a V Assembleia Geral do Conselho Mundial para o Bem-estar dos Cegos e, em 1975, a ONU aprovou a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (CARDOSO, 2018).

<sup>28</sup> As ações do Cenesp no projeto piloto de Campos foram detalhadas por Cardoso (2018). Outras ações do Cenesp também foram analisadas por Batista (2019).



colégios da capital do país<sup>29</sup> era destinada a educação para a vida social e a filantropia (CARDOSO, MARTÍNEZ, 2019b).

Por iniciativa caritativa e filantrópica, foi fundado o Educandário para cegos pelo Serviço de Assistência São José Operário (SASJO)<sup>30</sup>, instituição de forte influência católica (CARDOSO, 2017). Na primeira reunião do SASJO, realizada na residência da fundadora, Nídia Lysandro de Albernaz, em 1º de maio de 1956, compareceram 19 mulheres, entre elas, parentes, amigas e vizinhas, ocasião em que foi definida a diretoria, para um mandato de 2 anos, e aquelas que desempenhariam a função de conselheiras da Instituição, tendo a fundadora assumido a presidência. As mulheres que participaram da diretoria do SASJO pertenciam, no geral, à elite campista, e eram chamadas de “Damas de São José” (CARDOSO, MARTÍNEZ, 2019b).

A idealizadora da instituição, Nídia Lysandro de Albernaz, era uma mulher abastada, filha de um proprietário, à época, de duas usinas sucroalcooleiras da cidade, Bartolomeu Lysandro, homem público de prestígio social. Ele atuou como: presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo; presidente da Cooperativa dos Usineiros Fluminenses; presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar em Campos; presidente da Associação Comercial e Industrial de Campos. Além disso, havia exercido o mandato de vereador e, naquele momento exercia o de deputado federal.

Algumas usinas da região, como a Usina São João, de propriedade de Bartolomeu Lysandro, mantinham convênio com a prefeitura municipal “com a finalidade de aplicar, na zona de arrecadação, integralmente, a taxa que [...] [incidia] sobre a saca de açúcar produzido”, para aplicar em obras de caráter municipal como de pavimentação de rodovias (FOLHA DO COMÉRCIO, 1960, p. 1).

A fundadora pertencia a uma rede de sociabilidade que envolvia o Estado, a elite campista, a igreja católica/ordens religiosas, clubes de serviço e instituições especializadas em educação especial. O pertencimento a esta rede de sociabilidade estava ligado diretamente à sua posição social, já que ela era reconhecida, pela sociedade da

---

<sup>29</sup> Em meados do século XX era comum que as mulheres da elite, que exerciam o papel de “Damas de caridade”, tivessem sido escolarizadas em colégios de ordens católicas, sendo que os de maior prestígio localizavam-se predominantemente na capital (CARDOSO, 2017).

<sup>30</sup> Associação fundada para prestar assistência aos pobres, mantenedora do Educandário.



época, como integrante da elite campista, pelo fato de seu pai ser industrial, o que lhe conferia notoriedade e influência social.

Com o nome oficial de Casa São José Operário - Educandário para cegos, a instituição buscava trabalhar sobre o tripé: educação, reabilitação e profissionalização, a fim de promover o desenvolvimento global do deficiente visual de Campos e de outros estados (CARDOSO, 2018).

Nas atas da instituição foram identificadas referências diversas à sua denominação: Casa de Recuperação e Proteção dos Cegos, Casa de São José, Casa de Recuperação de Cegos, Educandário para Cegos. Em alguns momentos identificou-se que a menção à “Casa” se referia à parte administrativa e assistencial, que envolvia o cuidado e às rotinas diárias de higiene, alimentação etc. Já o termo “Educandário” estava relacionado à parte de ensino, coordenado por uma diretora.

No período estudado, identificaram-se os seguintes dirigentes: presidente do Serviço de Assistência São José Operário, o mantenedor; a Diretora da Casa e a Diretora do Educandário, e ainda havia a Coordenadora Pedagógica do Educandário.

No dia 1º de maio de 1963, dia escolhido para a fundação da associação, houve uma programação festiva para a inauguração da chamada Casa de Recuperação dos Cegos. A influência católica marcou a associação desde as solenidades de sua inauguração. Uma procissão foi realizada em homenagem ao patrono da Casa, São José Operário. Marca também esse momento a vinda da Irmã Antonette Marie Clerence Blanchot, superiora geral no Brasil das Filhas da Caridade São Vicente de Paulo, acompanhada de várias irmãs vicentinas, já que a Ordem assumiria a administração da Casa. Na ocasião, à Irmã Blanchot coube o descerramento da placa comemorativa de inauguração da Casa e uma das irmãs assumiu a Direção do Educandário (CARDOSO, 2017).

A tradição da referida ordem católica francesa na escolarização de cegos no país é identificada pela administração de instituições especializadas de referência, como Instituto de Cegos Padre Chico, em São Paulo, e, em geral, a cultura escolar francesa é caracterizada pelo rigor na disciplina (CARDOSO, 2017).

O Educandário era a única instituição especializada na educação de cegos na região norte-fluminense. Anteriormente, para estudar em uma instituição especializada, o cego deveria deslocar-se para um grande centro. No estado do

Rio de Janeiro, por exemplo, deveria mudar-se para a cidade o Rio de Janeiro, se conseguisse uma vaga no Instituto Benjamin Constant. Esse deslocamento trazia consequências pessoais para os cegos, principalmente por afastá-los do âmbito de seus familiares. No Jornal *Diário do Paraná*, em matéria de página completa intitulada *Perspectivas mais claras para o escuro mundo dos cegos*, enfatizou-se sobre a importância de instalar instituições especializadas no interior, sem deixar de defender a integração social do cego.

A didática especializada na educação de cegos no Brasil, desaconselha a montagem de grandes colégios, porque facilitariam a segregação, e ainda, pelo fato dos egressos das referidas escolas não desejarem mais retornarem a suas cidades de origem, causando acúmulo de cegos nos grandes centros urbanos. Isto dificulta a assimilação com o meio social e esgota as possibilidades de ocupação profissional. A ciência especializada na integração do cego recomenda a criação de pequenas entidades em cada cidade, onde o número de necessitados a justifique, e igualmente, assegure um estudo paralelo integrado com estudantes de visão normal, já que este intercâmbio favorece o desenvolvimento intelectual do cego, que vivendo em seu mundo isolado, fica cada vez mais retraído (DIÁRIO DO PARANÁ, 1972, p. 1).

Apesar de ser a primeira instituição especializada no atendimento educacional ao cego na região, é importante ressaltar que há registro de educação para cegos em Campos, anterior à inauguração do Educandário para Cegos São José Operário (1963), oferecida em uma classe especial de um grupo escolar da rede pública<sup>31</sup>. O Jornal *O Fluminense* registrou o funcionamento de uma classe específica para cegos no Grupo Escolar Visconde do Rio Branco, que chegou a receber treinamento da Cracef, com o prof. Admar em Campos:

O Professor Admar Augusto de Matos visitou o Grupo Escolar Visconde do Rio Branco, onde funciona uma classe especializada para cegos, com 5 alunos, sendo adultos 4 homens e um menor do sexo feminino. O representante do Lions assegurou, em nome do seu clube, auxílio em forma de passagem, material escolar e atendimento das demais necessidades de caráter pessoal dos estudantes cegos (O FLUMINENSE, 1959b, p. 1).

Algumas questões chamam a atenção nesta notícia de 1959. Uma delas é o funcionamento de uma classe especializada para cegos em um grupo escolar, com fre-

---

<sup>31</sup> O conhecimento sobre o funcionamento dessas classes integra o projeto de pesquisa em desenvolvimento da autora no âmbito do doutorado em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. O Educandário para Cegos posteriormente realizou parcerias com escolas públicas e privadas que recebiam seus alunos egressos, oferecendo adaptação do material didático para o braile (CARDOSO, 2018, p. 192).

quência de cinco alunos, quatro deles eram adultos e a única menor, que não se sabe exatamente se era uma adolescente ou uma criança, era uma menina.

A menção ao auxílio do Lion's Club com o custeio de passagem e material escolar demonstra a atuação do clube de serviço nas práticas de assistência ao cego na cidade e reforça a relação público-privado que caracteriza a educação especial. Havia uma preocupação com o cego na educação e uma preocupação com o treinamento e a divulgação das questões da cegueira, tendo em vista a realização dos cursos de braile em Campos e da Semana Social do Cego<sup>32</sup>.

Em Campos, em 1973, a Cracef conseguiu cessão para o desenvolvimento de suas atividades na Casa da Amizade, autorizados pelo presidente e tesoureiro do Rotary Clube de Campos, respectivamente Durval Lima e Eduardo Preze de Carvalho. A partir de 1978 instalou-se em uma sala do Educandário para cegos São José Operário (CARDOSO, 2018).

## **Práticas escolares e conexões do Educandário para cegos com outras cidades e estados**

Nas classes anexas à Casa São José Operário iniciou-se o atendimento ao deficiente visual, com cegueira ou visão subnormal. Apesar do foco da instituição estar na deficiência visual, o educandário chegou a receber alunos com múltiplas deficiências, com dificuldade na fala, na locomoção, surdez, com deficiência mental. Pela ausência de profissionais especializados nessas outras deficiências, alguns deles eram encaminhados para instituições que tinham melhor estrutura para esse atendimento<sup>33</sup>.

O educandário oferecia três modalidades de funcionamento: internato, externato e semi-internato e recebia alunos de diversos estados do Brasil (Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia). Residentes em Campos que moravam distante da instituição adotavam o semi-internato, tendo em vista que a condução era restrita (CARDOSO, 2018).

---

<sup>32</sup> Evento criado em 1957, por uma comissão da Escola de Serviço Social em Niterói, com o objetivo de divulgação e capacitação.

<sup>33</sup> Cabe lembrar que, em Campos, em 1964 havia sido fundada a Associação de Proteção e Orientação aos Excepcionais de Campos (APOE), por Diva Goulart, jornalista, por indicação da Secretária de Educação do Estado do Rio de Janeiro, à época, Rosa Abi Ramia Hadock Lobo.

“Porque aqui, na época, era uma casa de referência no norte fluminense. Não tinham outras casas por aqui na época, para cuidar da educação, do desenvolvimento e aprendizagem da pessoa cega”, afirmou a ex-aluna e ex-professora, Erinea, nascida em 1964 e natural do estado de Espírito Santo, ao relatar que, após ser diagnosticada com glaucoma congênito, o próprio médico a apresentou no educandário<sup>34</sup>.

Já outra aluna, Maria Inês, também nasceu no Espírito Santo e ingressou no Educandário com 15 anos de idade, em 1976. Perdeu a visão em 1973, quando havia concluído o 1.º grau. Ficou 2 anos sem estudar até ir para Campos. Vale destacar que Maria Inês foi aluna de Erinea, com quem aprendeu braile. Em relação à sua trajetória até o Educandário, ela conta que seu pai teve informação sobre a instituição em São Paulo, por um senhor que tinha duas filhas cegas, matriculadas no Educandário<sup>35</sup>.

Segundo BENITO (2017), a lembrança dos sujeitos em relação aos colegas da escola contribui para constituição da memória escolar e expressa os valores da época, pois “a memória escolar consiste na lembrança que os sujeitos guardam dos companheiros ou pares de idade, com quem compartilham os espaços e os tempos” (2017, p. 194, 195).

Para o ingresso dos cegos na instituição era realizada uma triagem. O aluno era avaliado por uma equipe multidisciplinar, inicialmente, subsidiada pela LBA, composta por psicólogo, que realizava o teste de anamnese; assistente social; neurologista; psiquiatra, oftalmologista. A maior parte dos alunos era economicamente pobre, sendo que havia um grupo de internos e outra parte de semi-internos. Os alunos eram atendidos tanto nos aspectos educacionais, quanto sociais. De fato, “em torno dos alunos estabelece-se um dos eixos mais significativos e centralizantes do conhecimento histórico da instituição educativa” (MAGALHÃES, 1998, p. 63).

Segundo uma professora do Educandário, Susana do Rosário, geralmente as crianças cegas que tinham recurso financeiro não frequentavam o Educandário, “estudava em casa com alunos mesmo já adiantados lá do São José Operário. [...] Pagavam

---

<sup>34</sup> Erinea Viana, em entrevista concedida à Fernanda Luísa de Miranda Cardoso, no âmbito da pesquisa da dissertação de mestrado (2017).

<sup>35</sup> Maria Inês Scaramussa, em entrevista concedida à Fernanda Luísa de Miranda Cardoso, no âmbito da pesquisa da dissertação de mestrado (2016).

aos alunos mais adiantados no São José Operário para ensinar para as crianças ou alguma professora”<sup>36</sup>.

A partir de 1965, a instituição recebeu professores cedidos pelo estado do Rio de Janeiro, o que também vinculou a instituição às mesmas normas e orientações das escolas estaduais. As professoras eram convidadas a trabalharem no Educandário e, assim que entravam, realizavam um curso da Cracef, em Niterói, com o professor Admar de Mattos. A APOE de Campos também recebeu professores cedidos pelo estado do Rio de Janeiro.

Os alunos do Educandário utilizavam material didático especializado, parte produzido pela Imprensa Braille do Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro e outra parte pela Fundação para o Livro do Cego do Brasil, em São Paulo.

No período em que os alunos completavam o primário, escolarização máxima oferecida pelo educandário, a instituição viabilizava a integração de seus alunos egressos a escolas da rede pública. Nessas escolas, havia uma sala de recursos, onde professores do Educandário, a maior parte cedidos pelo Estado, trabalhavam datilografando em braille capítulos de livros, apostilas e todo material necessário para que o aluno cego pudesse acompanhar as aulas no mesmo tempo que os demais alunos.

Como resultado da prestação desse serviço, as primeiras alunas cegas a concluírem o normal médio no Instituto de Educação Professor Aldo Muylaert foram as egressas do Educandário, e os primeiros alunos cegos de curso técnico da Escola Técnica Federal de Campos foram alunos do Educandário (CARDOSO, 2018).

Para Magalhães (2018),

a integração escolar possibilitou o reconhecimento dos indivíduos como sujeitos; a participação cívica; a atividade produtiva. [...]. Neste sentido, a instituição educativa, ainda que frequentemente reduzida a institucionalização, assume pleno significado quando interpretada nos planos estrutural e conjuntural (2018, p. 28).

A instituição recebeu diversas visitas ilustres e representantes de órgãos e instituições que atuavam em prol do cego, como representantes da Campanha Nacional de Educação dos Cegos e a diretora do Centro Nacional de Educa-

---

<sup>36</sup> Susana do Rosário, em entrevista concedida à Fernanda Luísa de Miranda Cardoso, no âmbito da pesquisa da dissertação de mestrado (2016).

ção Especial, Sarah Couto César. Em entrevista para esta pesquisa Sarah Couto informou que:

visitava, a convite das instituições, não só pra gente divulgar o CENESP [...] fazíamos muitas reuniões, não só com as secretarias de educação, que no caso são os órgãos públicos, mas também instituições privadas – APAES, Pestalozzi's, e outros como esse Instituto São José Operário [de Campos/RJ], que eu tive a oportunidade de conhecer<sup>37</sup>.

Visitaram também a instituição, *Mer Blanchot*, coordenadora provincial das vicentinas no Brasil; o governador, do estado do Rio de Janeiro, Geremias Fontes, junto com o prefeito de Campos, José Carlos Barbosa; a Secretária de Educação Especial do Rio de Janeiro, professora Rosita Édler Foguel; e a Coordenadora do Serviço de Educação Especial do estado do Rio de Janeiro, na área de Deficiente Visual, professora Marialva Feijó Frazão<sup>38</sup> (SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SÃO JOSÉ OPERÁRIO, 1961, p. 35, 36v).

Da LBA, visitaram o Educandário: Marlene Santos Barroso, responsável pela Programação de Assistência ao Excepcional da LBA de Niterói (SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SÃO JOSÉ OPERÁRIO, 1978, p. 50, 51), Gerson, Coordenador Geral da Programação de Assistência ao Excepcional da LBA, também de Niterói e Lúcia Clarck Moreno Barreto, responsável pelo mesmo programa na LBA de Campos (SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SÃO JOSÉ OPERÁRIO, 1978, p. 49, 50).

Estiveram também no Educandário representantes da Campanha Nacional de Educação de Cegos, Rogério Vieira e Maria Luíza; e o técnico de educação, Evaldo Máximo, Chefe da 11ª Região do Ensino Primário do estado do Rio de Janeiro. O técnico de educação participou ativamente da organização do Curso Primário no Educandário orientando na parte técnica e pedagógica do ensino.

O Educandário recebeu também diversas estagiárias da Escola de Serviço Social de Campos, que com a experiência do campo de estágio, elaboraram seus trabalhos de final de curso, inclusive, Conceição Muniz<sup>39</sup> foi supervisora de estágio das alunas do Serviço Social que estagiavam no Educandário.

---

<sup>37</sup> Sarah Couto César, em entrevista concedida à Fernanda Luísa de Miranda Cardoso, no âmbito da pesquisa da dissertação de mestrado (2017).

<sup>38</sup> Foi presidente da Associação Brasileira de Educação de Deficientes Visuais de 1968 a 1971.

<sup>39</sup> Anos mais tarde, Conceição Muniz adquiriu uma deficiência visual e procurou Solange do Rosário para que a ensinasse braille. Também foi sócia contribuinte do Educandário.



A apresentação e a análise das peculiaridades do Educandário, os aspectos da cultura escolar, das práticas educativas, e da rede de sociabilidade que o envolve contribuem para a compreensão do processo de consolidação da educação dos cegos em Campos.

## **Considerações finais**

Este artigo buscou compreender o processo de consolidação da educação dos cegos no interior fluminense, com ênfase em Campos, a partir de ações articuladas entre instituições deste município e de Niterói, durante os anos 1950 a 1970.

Os apontamentos teórico-metodológicos de Magalhães (1998) que consideram “as culturas, os públicos e as políticas”, bem como “os sujeitos e os agentes, suas práticas, expectativas, representações e apropriações”, para a compreensão das instituições educativas, puderam ser reconhecidos na breve apresentação do contexto social do município de Campos, no período analisado, e na identificação da rede de sociabilidade que envolve as instituições analisadas, e suas conexões, principalmente em relação ao Educandário para Cegos São José Operário.

Destacaram-se ações em prol do processo de interiorização da educação dos cegos, principalmente por meio da aproximação entre o serviço social e a educação, com a proposta de um Serviço Social Escolar. No município de Campos, a Escola de Serviço Social de Niterói, instituição pública e a Cracef, privado-filantrópica, desempenharam um papel estratégico para o desenvolvimento da educação do cego no interior, evidenciando ainda a complexa e imbricada relação público-privada que caracteriza a educação especial brasileira. Essa relação é notória também quando se identifica que os atores sociais precursores dessas ações assumiam cargos e transitavam, concomitantemente, em órgãos públicos e privados.

O percurso do Educandário de Cegos se diferenciou das outras instituições do mesmo tipo no Brasil, pela sua peculiar vinculação com a elite da indústria do açúcar. As práticas desse Educandário também apontaram para a abertura e conexões, com outras cidades do estado do Rio de Janeiro, com destaque para Niterói, e outros estados, como pôde ser identificado no acolhimento de alunos, alguns indicados por instituições fora de Campos; na aquisição dos materiais didáticos, parte deles advindos do Rio de Janeiro, pelo Instituto Benjamin Constant, e outra parte por São Paulo, por

meio do Instituto para Cegos Padre Chico; e pela própria gestão da Casa, por freiras vicentinas vindas deste mesmo Instituto.

Dos grandes centros, Rio de Janeiro e São Paulo, pessoas de órgãos públicos e privados, da esfera política e religiosa, vieram visitar o educandário. O caminho reverso era realizado pelas professoras, que participavam de treinamentos em instituições fora do município, como o da Cracef em Niterói, o que proporcionava a circulação de ideias, o compartilhamento de práticas e a consolidação do processo de interiorização da educação dos cegos, em Campos.

## Referências

ALMEIDA, A. M. *“Ver” pelo mundo do toque e “Ouvir” pelo silêncio da palavra: a educação de crianças cegas e surdas no Brasil: (1854-1937)*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, 2018.

BATISTA, G. F. *O Centro Nacional de Educação Especial e o atendimento aos “excepcionais”*: antecedentes, atores e ações institucionais (1950-1979). 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2019.

BEZERRA, G. F. *A Federação Nacional das Apaes e seu periódico (1963- 1973)*: estratégias, mensagens e representações dos apaeanos em (re)vista. 2017. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal da Grande Dourados, Grande Dourados, 2017.

BLANCO, L. M. V. *Convocando outras vozes: a trajetória de Maria Therezinha Machado na história da educação especial do município do Rio de Janeiro*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2014.

BORGES, A. A. P. *Entre tratar e educar os excepcionais: Helena Antipoff e a psicologia da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais (1932-1942)*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2014.

BRASIL. Lei N° 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, 21 dez. 1961.

CÂMARA, S. As damas da assistência à infância e as ações educativas, assistenciais e filantrópicas (Rio de Janeiro/RJ, 1906-1930). *História da Educação*, Porto Alegre, v. 21 n. 53, p. 199-218, set./dez. 2017. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/66363>

CARDOSO, F. L. M. “O espírito católico” de um educandário para cegos no interior do estado do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 13, 2017, Curitiba. *Anais...* Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2017.

CARDOSO, F. L. M. *O Educandário para Cegos São José Operário: cultura escolar e políticas educacionais - Campos/RJ - décadas de 1960 e 1970*. 2018. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) — Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2018.

CARDOSO, F. L. M.; MARTÍNEZ, S. A. A Campanha Nacional de Educação dos Cegos: uma leitura a partir da imprensa jornalística dos anos 1960 e 1970. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 19, p. 1-25, 2019a. <https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e051>

CARDOSO, F. L. M.; MARTÍNEZ, S. A. O Serviço de Assistência São José Operário: da assistência social à educação para cegos (1956-1963). *Revista Educação em Questão*, v. 57, n. 51, p.1-30, jan./mar. 2019b. <https://doi.org/10.21680/1981-1802.2019v57n51ID15557>

COSTA, M. I. L. Orientação profissional dos anormais. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, n. 43, p. 234-7, jul./set. 1951

CRUZ, J. L. V. *Modernização produtiva, crescimento econômico e pobreza no Norte Fluminense (1970-2000)*. Campos dos Goytacazes, RJ: WTR, 2004.

DIÁRIO CARIOCA, 7 jun. 1962.

DIÁRIO CARIOCA, 9 mar. 1963.

DIÁRIO DA NOITE. *Agradeceu a honraria e solicitou encargos a Sra. Roberto Silveira*. Rio de Janeiro, RJ, 5 mar. 1959.

DIÁRIO DO PARANÁ. *Perspectivas mais claras para o escuro mundo dos cegos*. Curitiba, PR, 3 dez. 1972.

BENITO, A. E. *A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia*. Campinas, SP: Alínea, 2017.

FOLHA DO COMÉRCIO. *Convênio com as usinas é vantajoso para o município*. Campos dos Goytacazes, RJ, 16 jul. 1960.

FOLHA DO COMÉRCIO. *Campanha de prevenção à cegueira*. Campos dos Goytacazes, RJ, 12 abr. 1961.

GAMA, V. C. S. *Violeta Campofiorito: depoimento, 2001*. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Previdência e Assistência Social, 2002.

GANTOS, M.; MARTÍNEZ, S. A. Usina e escola: a sociabilidade do mundo do açúcar campista no Estado Novo (1930-1950). In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO - INFÂNCIA, JUVENTUDE E RELAÇÕES DE GÊNERO, 8, 2010, São Luís do Maranhão, *Anais...* São Luís do Maranhão, MA: Universidade Federal do Maranhão, 2010.

GLAT, R.; BLANCO, L. M. V.; REDIG, A. G. O papel das instituições filantrópicas especializadas na educação especial brasileira: novas demandas e desafios. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Org.). *Educação especial e inclusiva: legados históricos e perspectivas futuras*. São Carlos, SP: Marquezine & Manzini, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, RJ, 1959.

JACCOUD, L.; CARDOSO JR., J. C. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2005. p. 181-260. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5491&catid=301](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5491&catid=301)>. Acesso em: 5 jul. 2017.

JANNUZZI, G. M. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

KASSAR, M. Uma breve história da educação das pessoas com deficiências no Brasil. In: MELETTI, S. M. F.; KASSAR, M. C. M. (Orgs.). *Escolarização de alunos com deficiências: desafios e possibilidades*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2013.

LOPES, T. M. R.; MACHADO, C. J. S. Mulheres educadoras no cariri cearense: narrativas sobre trabalho com portadores de deficiências. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9, 2017, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba, 2017.

MAGALHÃES, J. P. Entre história e educação: historiografia e história da educação em Portugal e Brasil. In: ALVES, L. A. M.; PINTASSILGO, J. (Coords.). *Investigar, intervir e preservar em história da educação*. Porto: Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2017. p. 17-44. Disponível em: <[http://web3.letras.up.pt/colubhe/wp-content/uploads/2017/04/Investigar\\_IMP.pdf](http://web3.letras.up.pt/colubhe/wp-content/uploads/2017/04/Investigar_IMP.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2018.

MAGALHÃES, J. P. Instituição e educação especial: perspectiva histórico pedagógica. In: BUENO, J. G. et al. *A produção do conhecimento no campo da educação especial*. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2018.

MAGALHÃES, J. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, C. P.; CATANI, D. B. *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 1998. (Volume I, II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação).

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo, SP: Cortez, 1996.

NEVES, G. V. *Educação de surdos em Caxias do Sul de 1960 a 2010: uma história escrita por várias mãos*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, 2011.

NÓVOA, A. A imprensa de educação e ensino: concepção e organização do repertório português. In: CATANI, D.; BASTOS, M. H. C. *Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo, SP: Escrituras, 2002. p. 11-31

NUNES, P. M. S. *O processo educacional do cego em Aracajú (1950-1970)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Sergipe, 2013.

O FLUMINENSE. *Trabalho assistencial através dos centros pró-melhoramentos*. Niterói, RJ, 24 mar. 1958.

O FLUMINENSE. *Será obrigatório o exame oftalmológico*. Niterói, RJ, 14 ago. 1959a.



O FLUMINENSE. *Não pára a CRACEF*: estende a sua ação à Campos a magnífica obra filantrópica. Niterói, RJ, 19 ago. 1959b.

O FLUMINENSE. *Autoridade da organização mundial da saúde em Niterói*. Niterói, RJ, 13 fev. 1962.

OLIVEIRA, I. S. *As práticas de atendimento do Centro de Reabilitação Ninota Garcia: medicina e educação (1962-1996)*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, SE, 2014.

PERROT, M.; DUBY, G. (Orgs.). *História das mulheres no ocidente*. Porto: Afrontamento, 1991.

PLETSCH, M. D. A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013). *Revista Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 22, n. 81, p. 1-28, ago. 2014. <https://doi.org/10.14507/epaa.v22n81.2014>

RAFANTE, H. C. História e política da educação especial no Brasil: bases teórico-etodológicas e resultados de pesquisa. *Revista de Educação PUC-Campinas*, Campinas, v. 21, n. 2, p. 149-61, maio/ago. 2016. <https://doi.org/10.24220/2318-0870v-21n2a2786>

RODRIGUES, E. G. A alfabetização/educação de surdos na história da educação do Espírito Santo. 2014. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2014.

SANGLARD, G. Filantropia e assistencialismo no Brasil. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 1095-8, set./dez. 2003. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702003000300017>

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SÃO JOSÉ OPERÁRIO – Sasjo. *Livro de atas do Sasjo*: ata da reunião realizada em 20 de dezembro de 1975. Campos dos Goytacazes, RJ, 1975.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SÃO JOSÉ OPERÁRIO – Sasjo. *Livro de atas do Sasjo*: ata da reunião realizada em 30 de setembro de 1978. Campos dos Goytacazes, RJ, 1978a.



SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SÃO JOSÉ OPERÁRIO – Sasjo. *Livro de atas do Sasjo*: ata da reunião realizada em 31 de dezembro de 1978. Campos dos Goytacazes, RJ, 1978b.

SEIXAS, C. P. *O Instituto Nacional de Educação de Surdos e a formação de professores para surdos em Sergipe (1959-1961)*. 2015. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2015.

SILVA, E. V. *Profissão: serviço social: trajetória histórica e perfil profissional no município de Campos dos Goytacazes/RJ*. 2011. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) — Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2011.

TRIBUNA DA IMPRENSA. *Conquistou bolsa de estudos*. Rio de Janeiro, RJ, 27 set. 1956.

**Submissão em:** 03-04-2019

**Aceito em:** 02-06-2019